

O INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

JULIAN M. CHACEL *

SÍNTESE HISTÓRICA

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) tem por objetivo realizar estudos sobre a economia brasileira, promover o intercâmbio científico e contribuir para o aperfeiçoamento e a especialização de economistas.

Criado em 1951, resultou da integração de diversas unidades de investigação econômica então existentes na Fundação Getúlio Vargas. Mais precisamente, resultou da expansão do chamado Núcleo de Economia que, na época, intensificava trabalhos em que a Fundação Getúlio Vargas tornou-se pioneira: preparação do balanço de pagamentos, a construção de sistema de Contas Nacionais e a elaboração de índices econômicos.

O novo Instituto foi estruturado de tal sorte que, sob a Presidência do Dr. Eugênio Gudin e a Vice-Presidência do Dr. Octávio Gouveia de Bulhões, passou a constituir-se de uma Comissão Diretora e de diversas unidades executivas como o Centro de Análise da Conjuntura Econômica, o Serviço de Estatística e Econometria. Quando de sua criação o Instituto absorveu o encargo de editar duas revistas, já então publicadas pela Fundação Getúlio Vargas e orientadas para o domínio econômico: *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*.

*) Do Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V.

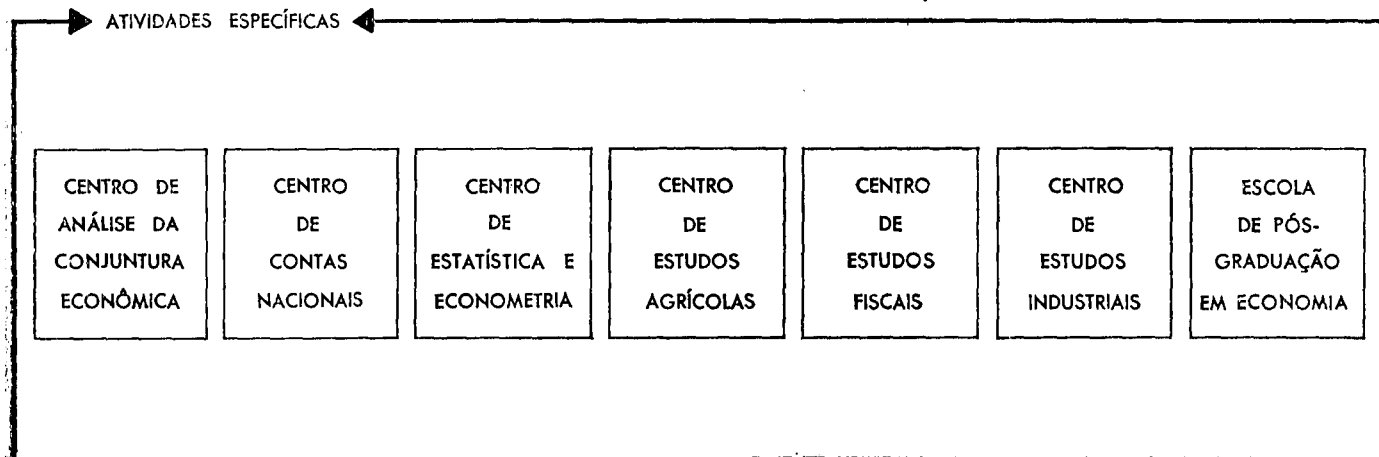
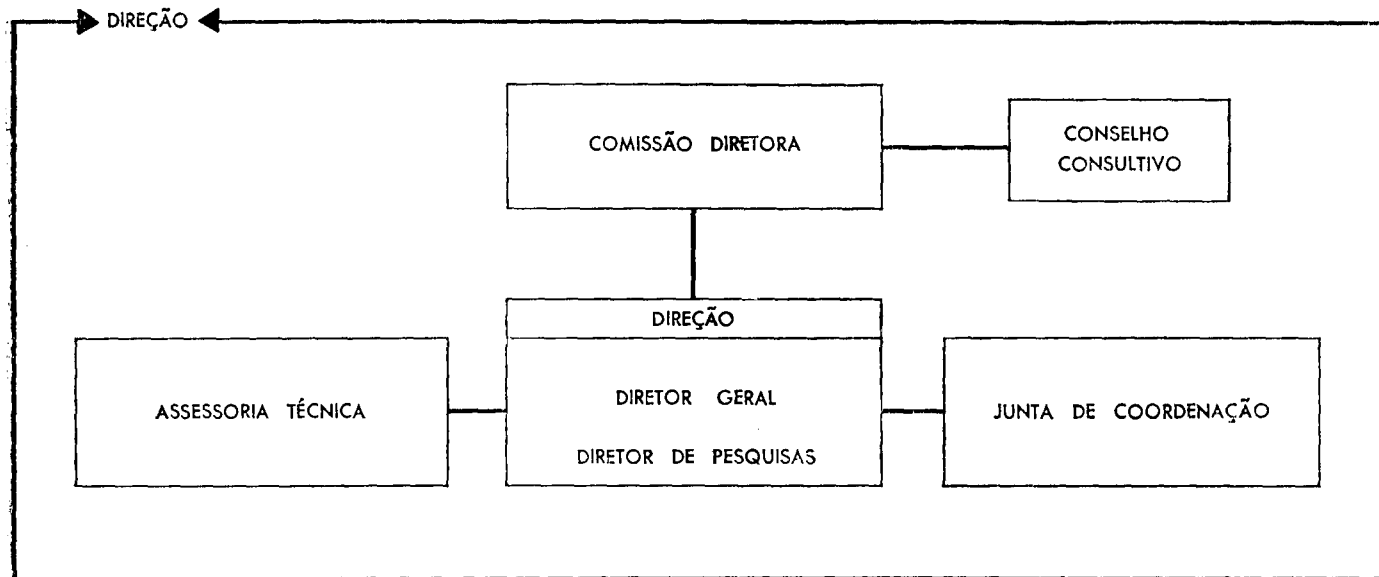
Durante cêrca de quatorze anos a direção dos trabalhos de pesquisa do Instituto foi exercida pelo economista Alexandre Kafka e em seus impedimentos pelo próprio Vice-Presidente do Instituto, o professor Octávio Gouveia de Bulhões. Há pouco mais de dois anos, com o afastamento por motivos de ordem pessoal, do professor Kafka e a ida do professor Bulhões para o Ministério da Fazenda, assumiram a direção do Instituto os economistas da geração seguinte, amadurecidos na execução dos próprios trabalhos de investigação nêle empreendidos.

Ao longo do tempo certas modificações de fato surgiram na estrutura do Instituto. Vale destacar a criação de um Conselho Consultivo composto de personalidades das mais representativas no mundo econômico nacional, a ampliação dos objetivos de certas unidades executivas como, por exemplo, a antiga Equipe da Renda Nacional, hoje transformada em Centro de Estudos Agrícolas e o Centro de Estudos Industriais. Assim, tem hoje o Instituto a sua estrutura consubstanciada no seguinte organograma.

A Comissão Diretora tem por finalidade precípua traçar a linha programática do Instituto. De acôrdo com os termos regimentais, "é o órgão de direção superior, científica, técnica e administrativa do Instituto Brasileiro de Economia, competindo-lhe, precipuamente, aprovar o plano anual de trabalhos e a correspondente proposta orçamentária". Além do Presidente e Vice-Presidente do Instituto, compõem essa Comissão o Diretor-Geral, o Diretor de Pesquisas e o Diretor da Escola de Pós-Graduação e mais três membros pertencentes ao quadro técnico, designados mediante indicação do próprio Presidente do Instituto. Tem-se, assim, nas grandes decisões a respeito da vida do Instituto, um sistema de julgamento em colegiado.

O Conselho Consultivo reúne-se duas vêzes ao ano e tem como finalidade, que é consequência de sua própria composição, dar a opinião dos homens de govêrno e dos homens de empresa a respeito dos programas de investigação ultimados ou em curso no Instituto. Este Conselho garante, assim, com o seu ponto de vista, certo pragmatismo nos rumos que a Comissão Diretora imprime ao trabalho do Instituto.

A Assessoria Técnica, que opera junto à Diretoria do Instituto no seu plano executivo, é um elemento de flexibilidade em sua estrutura. Com número variável de membros, é constituída por profissionais nacionais ou estrangeiros de renome no domínio da economia, estatística, sociologia, engenharia etc. A Junta de Coordenação, que se reúne mensalmente para tomada de decisões em nível puramente operativo, reúne a direção mais direta do Instituto com os Chefes do Centro, garantindo, destarte, um mínimo de ação coordenada, capaz de evitar duplicações.



Nas diversas unidades do Instituto Brasileiro de Economia são planejados e coordenados os diferentes programas de pesquisa havendo dentro de cada unidade certa divisão do trabalho. Assim é, por exemplo, no caso do Centro das Contas Nacionais, que os levantamentos básicos se fazem segundo os grandes setores da atividade econômica: agricultura, indústria, comércio, transporte etc. No caso do hoje chamado Centro de Estatística e Econometria, determinados índices de preços são objeto de uma rotina que leva a uma grande especialidade do trabalho. Ao lado das unidades empenhadas em pesquisas econômicas, há hoje uma unidade inteiramente devotada ao ensino, em nível pós-graduado. Era há cinco anos um Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, agora transformado em Escola de Pós-Graduação e suscetível de ter, em breve, reconhecimento oficial.

ATIVIDADES TRADICIONAIS DO IBRE

Desde o início de suas atividades o Instituto Brasileiro de Economia mantém trabalhos rotineiros considerados fundamentais para o estudo da economia brasileira. Sem dúvida alguma dentre esses trabalhos dos mais importantes são o sistema de Contas Nacionais do Brasil, a elaboração de cerca de 160 índices de *quantum* e de preços, em nível nacional e regional, bem como os trabalhos que delimitam a importância do setor governo dentro da economia nacional.

Tôda vez que se quer conhecer o ritmo do progresso econômico nacional, o volume do investimento realizado em determinado ano, as diferenças regionais entre níveis de renda, a evolução dos preços nos mercados de atacado e varejo, a despesa do governo em relação à despesa realizada pelo setor privado, a importância relativa da receita pública nos três níveis de competência tributária ou o ônus imposto à nação brasileira é ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas que entidades públicas e instituições particulares recorrem sistematicamente.

O problema da construção de um largo espectro de índice de preços merece maior ênfase ao enumerar a lista das principais tarefas cumpridas pelo Instituto, segundo o grau de interesse do público. Não é exagero dizer que foi graças aos índices de preços calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia e divulgados através da revista *Conjuntura Econômica* que a máquina produtora do país pôde adaptar-se ao cálculo econômico, na crescente incerteza criada pela intensificação do processo inflacionista. Com efeito, a divulgação de tais índices foi atraindo um interesse cada vez maior para a ação do Instituto Brasileiro de Economia, porque durante os últimos anos foram, praticamente, o único instrumento de orientação dos agentes econômicos de produção e consumo, em matéria de preços. Basta dizer que o princípio instituído na legislação do Imposto

de Renda com a reavaliação dos ativos e o princípio mais recentemente consagrado da "correção monetária" não teriam condições operativas na legislação econômica do Brasil, não fôsem os trabalhos do Instituto Brasileiro de Economia na construção dos índices de preços.

Sempre que se faz referência ao caráter inovador das atividades do Instituto Brasileiro de Economia, dois exemplos são imediatamente citados: o Balanço de Pagamentos e o Sistema de Contas Nacionais.

O Balanço de Pagamentos com o registro das transações do Brasil com o exterior foi implantado sob o patrocínio do antigo Núcleo de Economia do qual se originou, mais tarde, o próprio Instituto. Até 1947, o país desconhecia inteiramente o sentido das suas transações com o exterior por não haver um registro em forma consolidada. Nessas condições, faltavam elementos essenciais para orientar as autoridades governamentais na realização de uma política de comércio exterior e de câmbio, bem como, até mesmo, a política de investimentos internos. Nesse momento, o Núcleo de Economia desenvolveu uma metodologia de levantamentos para o Balanço de Pagamentos do Brasil e concedeu facilidades a funcionários do Banco do Brasil para que fôsem ao exterior para cursos de especialização na matéria. Verificado, mais adiante, que o governo brasileiro tinha condições para a realização desse levantamento contábil em forma rotineira e permanente, o Instituto Brasileiro de Economia, fiel aos princípios doutrinários da própria Fundação Getúlio Vargas, saiu inteiramente de cena. Durante muitos anos o Balanço de Pagamentos foi levantado pela SUMOC e é hoje tarefa da competência do Banco Central. É necessário, contudo, salientar que foi pela iniciativa do antigo Núcleo de Economia que o governo brasileiro pôde contar com esse instrumento para a orientação de sua política e comércio exterior numa fase importantíssima de seu desenvolvimento econômico, caracterizada pela substituição de importações. Sem o Balanço de Pagamentos, não teria sido possível ao governo brasileiro praticar o controle quantitativo das importações, o contingenciamento de câmbio e a política de taxas diferenciadas. Não há dúvida que os problemas do desenvolvimento levariam fatalmente o governo brasileiro a ter mais cedo ou mais tarde, este instrumento de medida das transações externas. Mas o importante é que a decisão do então Núcleo de Economia em orientar a construção do Balanço de Pagamentos fez com que o país pudesse contar na época certa com este instrumento de análise econômica.

O Sistema de Contas Nacionais resultou do desenvolvimento natural das primeiras estimativas de produto e renda nacional realizadas pela antiga equipe da Renda Nacional cuja criação data do tempo do Núcleo de Economia, e está hoje transformada em Centro de Contas Nacionais. O Sistema de Contas Nacionais fornece uma visão geral do esforço produtivo realizado pelo país a cada ano, indica como este esforço se traduz em remuneração aos agentes da produção e, finalmente, mostra como a

economia absorve o resultado do esforço produtivo em despesas de consumo e despesas de investimento.

O Sistema de Contas Nacionais é, por isso mesmo, um conjunto de informações indispensáveis para a formulação da política econômica e o planejamento. Iniciada a divulgação dos algarismos desse Sistema no começo da década dos anos 1950, gradativamente tornou-se parte essencial de quase todos os documentos de governo. Hoje estes dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Economia são parte obrigatória da mensagem que o Presidente envia ao Congresso no início de cada período legislativo, dos relatórios anuais do Conselho Nacional de Economia, Banco do Brasil etc. Todas as tentativas de institucionalizar o planejamento partindo do Plano de Metas e passando pelo Plano Trienal até chegar ao presente Programa de Ação Econômica, resultaram em documentos largamente fundamentados nos algarismos componentes do Sistema de Contas Nacionais.

Filiado à International Economic Association, de cujas reuniões participa na pessoa do seu Presidente, o Instituto Brasileiro de Economia mantém intenso intercâmbio com outros organismos nacionais e estrangeiros. Nesse intercâmbio deve-se ressaltar, entre as instituições nacionais, o Banco Central, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco Nordeste do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento. O Instituto Brasileiro de Economia mantém ainda entendimentos em forma de convênio ou acordos com instituições estrangeiras ou de caráter internacional que lhe prestam assistência para melhoria e expansão de seus programas de pesquisa e a especialização de economistas. Nesse sentido merecem menção toda especial a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e a Agência para o Desenvolvimento Econômico do Governo dos Estados Unidos.

Outro aspecto básico das atividades do Instituto Brasileiro de Economia é o intercâmbio cultural e técnico. Este não se limite apenas à divulgação de estudos e trabalhos em suas duas revistas. A vinda ao Brasil de ilustres professores estrangeiros é constantemente patrocinada pelo Instituto. Essas visitas assumem a forma de programas de conferência e seminários. Da longa fileira de conferencistas cuja visita o Instituto Brasileiro de Economia patrocinou cabe destacar os nomes de projeção internacional dos professores Jacob Viner, Ragnar Nurkse, Gottfried Haberler, Raul Prebisch, Wassily Leontief, Nicholas Kaldor, Oskar Lange etc. Algumas das conferências promovidas pelo Instituto Brasileiro de Economia tiveram grande impacto sobre o pensamento econômico contemporâneo. Dentre essas cumpre destacar as pronunciadas pelo Professor Ragnar Nurkse que, inéditas até o momento em que foram publicadas na

Revista Brasileira de Economia tornaram-se mais tarde, quando publicadas em Inglês, um clássico da literatura internacional sobre o desenvolvimento econômico.

Como outra faceta do intercâmbio cultural e técnico cabe registrar que boa parte dos economistas que hoje ocupam cargos de direção e chefia neste Instituto, tiveram a oportunidade, no todo ou em parte oferecida pela própria Fundação Getúlio Vargas, de empreenderem estudos no exterior em nível de pós-graduação. Assim é que o Instituto conta com pessoal cuja formação foi completada na Universidade McGill no Canadá, na Universidade de Paris, na Universidade de Estocolmo e nas Universidades de Yale e Califórnia nos Estados Unidos, na London School of Economics e, finalmente, no Instituto de Estudos Sociais de Haia. Em repetidas ocasiões estes economistas realizaram estágios de treinamento no exterior e merecem referência especial, neste caso, o Departamento do Comércio dos Estados Unidos. Mais recentemente, alguns destes economistas fizeram estágios como professores visitantes nas Universidades de Yale e Columbia.

Ainda no terreno do intercâmbio cultural e científico o Instituto Brasileiro de Economia patrocinou três importantes acontecimentos: a Mesa-Redonda da International Economic Association, em agosto de 1959 (Divisão da Renda Nacional das Nações Unidas), e a Conferência sobre Inflação (esta conjuntamente com a Universidade de Yale, o Instituto Torcuato Di Tella, e o Instituto de Economia da Universidade do Chile), em janeiro de 1963. Há dois anos faz-se representar nas reuniões interdisciplinares sobre problemas de ensino e pesquisa econômica realizada pelo Centro de Desenvolvimento das "Organization for Economic Cooperation and Development". Neste momento o Instituto colabora com várias instituições da América Latina que, sob a ação catalítica da Brookings Institution, pretendem estabelecer uma metodologia comum para o levantamento e estudo de orçamentos familiares, neste continente.

Também merece ser mencionada a colaboração que o Instituto Brasileiro de Economia presta, quando solicitado, aos órgãos da administração Federal e Estadual e às comissões técnicas do Congresso Nacional.

NOVOS RUMOS NA PESQUISA ECONÔMICA

Nestes últimos anos, o Instituto Brasileiro de Economia empreendeu uma série de novas atividades, como decorrência de convênio e acordos que lhe proporcionaram recursos para tal. Assim, sem prejuízo de suas atividades tradicionais, foi possível ao Instituto Brasileiro de Economia aumentar sensivelmente o acervo de dados estatísticos de que dispõe nosso país, dar maior ênfase aos trabalhos de análise e criar uma escola de Pós-Graduação em Ciências Econômicas.

Com relação aos dois primeiros pontos acima referidos, aumento da oferta de dados estatísticos e esforço analítico, vale, a título de exemplo, pôr em evidência as seguintes atividades de pesquisa:

- a) *Pesquisa agrícola* que objetivam conhecer a distribuição do setor rural entre os diversos fatores produtivos, as estruturas de alguns produtos e os níveis de produtividade na agricultura brasileira. Com tais elementos tornou-se possível prever, dentro de razoáveis limites de segurança, o comportamento da produção agrícola num futuro imediato (projeções); acresce que a esses estudos soma-se a implantação, com a cooperação dos engenheiros-agrônomos das entidades de crédito e extensão rural (Sistema ABCAR), de uma rede de coleta de preços no interior, com o fito de coligir preços pagos e recebidos por agricultores e construir um índice de "paridade" dos preços agrícolas.
- b) *Pesquisas fiscais* tais como o projeto, em vias de finalização, sobre as mudanças historicamente observadas no processo de elaboração do orçamento da União ou o estudo analítico da composição dos gastos governamentais em face dos objetivos do desenvolvimento econômico e social.
- c) *Pesquisas industriais* que cobrem através de amostras, ramos específicos da produção industrial objetivando conhecer como no caso do estudo sobre a indústria de alimentos "o estado atual desse ramo de indústria ... estudar a estrutura do consumo de alimentos industrializados e analisar o suprimento de matéria-prima para essas indústrias"; ou como no caso de projeto em curso sobre "modelos" da indústria da construção, chegar à elaboração de índices que retratem, adequadamente, a evolução do custo da construção, diferenciando as obras públicas da construção residencial.
- d) *Pesquisa sobre orçamentos familiares* que visa a fornecer base estatística para a programação econômica, a construção de melhores índices do custo de vida e o aperfeiçoamento das estatísticas de renda nacional, especialmente no que tange à estrutura de consumo privado e à poupança. Abrangeu essa pesquisa as principais capitais do país, algumas cidades do interior e o meio rural.

Esta pesquisa permitiu fazer uma série de tabulações com dados de grande interesse para fins de planejamento econômico. Assim, por exemplo, para as 8 000 famílias investigadas é possível ter-se uma idéia das condições gerais de habitação. Também foi possível tabular os padrões alimentares em oito capitais do Brasil, quarenta e oito cidades do

interior e nas principais áreas da produção rural. A pesquisa permitiu ainda que se estabelecesse uma relação entre os níveis de renda e a escolaridade nas famílias investigadas fornecendo, assim, elementos gerais para medir as vantagens dos investimentos em educação.

Além dessas investigações de natureza setorial o Instituto empreendeu estudos retrospectivos da produção agrícola e industrial do país através da preparação de séries cronológicas do produto (ou renda) nacional, com início em 1920. Também fundamentado em séries retrospectivas do comércio exterior prepara hoje estudo sobre o processo histórico de substituições de importações.

O IBRE E AS ATIVIDADES DE ENSINO

Com relação ao ensino *pós-graduado de economia*, o Instituto desenvolveu sua atividade nesse domínio a partir de 1961, quando criou o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas que ministrava, em regime de tempo integral, cursos intensivos nos ramos básicos da ciência econômica. Esses cursos achavam-se intimamente ligados a um sistema de bolsas de estudos no exterior, pois seus alunos eram enviados a Universidades estrangeiras, onde completavam seus estudos pós-graduados. No ano corrente, como o sistema de cursos de aperfeiçoamento seguidos de estudos no exterior ainda não atendesse às necessidades do país na formação de economistas profissionais decidiu-se criar — numa solução mais definitiva — a Escola de Pós-Graduação em Economia, cuja orientação foi entregue ao talento de Mário Henrique Simonsen.

Desde o início dos cursos o nível e a eficiência do ensino ministrado tem melhorado continuamente, contando hoje a Escola com um quadro de professores altamente qualificados em que há vários elementos de tempo integral. Provê-se assim, assistência permanente aos candidatos ao Mestrado em Economia, que dispõe de moderna biblioteca de livros-texto. Além das aulas teóricas, há sistematicamente conferências pronunciadas por ilustres professores estrangeiros, bem como algumas visitas de caráter prático a grandes setores da economia privada ou a empresas estatais.

Traduzido em números o esforço altamente seletivo do Instituto no campo de ensino, este pode ser assim expresso: há 22 economistas nele treinados que hoje exercem no Brasil suas funções: no Ministério do Planejamento, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em órgãos de planejamento regional, unidades universitárias, grandes empresas particulares e no próprio IBRE; cinco acham-se no exterior como funcionários do Fundo Monetário, Banco Interamericano e OEA. Há 26 alunos freqüentando a Escola de Pós-Graduação.

Em vinte anos, partindo de um Núcleo de Economia onde os técnicos da época reuniam-se de modo episódico para examinar problemas de pesquisa e as questões de ensino, a evolução foi no sentido de um Instituto em que a investigação econômica e o ensino constituem o *leit-motiv* da vida de cada um de seus membros. Hoje o Instituto Brasileiro de Economia congrega, em caráter permanente, cerca de 200 pessoas, das quais oitenta com formação universitária. Durante todo esse tempo teve a dirigi-lo em seu destino uma das figuras mais lúcidas que aos economistas da minha geração foi dado conhecer. Daí a razão deste pequeno registro histórico.